



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

RELATÓRIO E CONTAS 2012



Órgãos Sociais

Eleitos para o triénio 2012-2014

Assembleia Geral

Presidente	Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vice-Presidente	Luis Filipe Rodrigues
Secretário	INSS

Conselho de Administração

Presidente	G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A. representada por Dr. Lucas Fazine Chachine
Vice-Presidente	Lusitania, Companhia de Seguros, SA representada por Dr. José António de Arez Romão
Vogal	Dr. Gonçalo Ramos e Costa
Vogal	Visabeira, SA

Conselho Fiscal

Presidente	Prof. Doutor Teodoro de Andrade Waty
Vogal	Dr. Mahomed Iqbal
Vogal	Henrique Álvaro Cepeda Gamito Junior
Vogal suplente	INSS



Comissão de vencimentos

Presidente	Luis Filipe Rodrigues
Vogal	W&W – Consultoria e Investimentos, Lda. representada por Prof. Doutor Teodoro de Andrade Waty
Vogal	Lusitania, Companhia de Seguros, SA



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Índice

1. Introdução	7
2. Conjuntura Macroeconómica	8
2.1. Economia Internacional	8
2.2. Economia de Moçambique	8
2.3. Perspectivas para 2013.....	9
3. O Mercado Segurador em Moçambique.....	10
4. A MCS – Moçambique, Companhia de Seguros.....	11
4.1. Expansão, Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos	12
4.2. Sistemas de Informação	13
4.3. Marketing e Imagem Institucional.....	13
4.4. Análise da Actividade	13
4.5. Perspectivas para 2013.....	22
5. Proposta de Aplicação de Resultados.....	24
6. Notas Finais	24
Demonstrações Financeiras.....	26
Anexo às Demonstrações Financeiras	33
Parecer do Conselho Fiscal	71

Relatório do Conselho de Administração



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Relatório e Contas

2012

Exmos. Senhores Accionistas,

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas da MCS – Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

1. Introdução

Ao finalizar o exercício de 2012, o décimo primeiro completo da actividade da empresa, a Moçambique Companhia de Seguros tem mantido a imagem de qualidade e rigor técnico que predomina desde a sua constituição, permitindo um crescimento sustentável que se fica a dever ao esforço, à dedicação e à competência de todos os seus trabalhadores.

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores da actividade:

	2012	2011
Taxa de crescimento dos capitais próprios	0,05%	1,18%
Taxa de sinistralidade (sobre prémios brutos emitidos)	40,48%	34,39%
Expense ratio (sobre prémios brutos emitidos)	33,28%	36,49%
Combined ratio	73,76%	70,88%
Taxa de cedência	23,68%	22,64%
Rentabilidade dos Capitais próprios	0,49%	12,79%
Provisões técnicas de Seguro Directo, líquidas de resseguro cedido (mil. de meticais)	91 836	78 245
Activos a representar as provisões técnicas (milhares de meticais) ¹	101 709	77 169
Rácio de cobertura das provisões técnicas	1.11	1.07
Resultado do exercício antes de impostos (milhares de meticais)	2 329	4 078



¹⁻ Os activos a representar provisões técnicas incluem, para além dos investimentos financeiros, os activos tangíveis líquidos de amortizações acumuladas, parte do saldo de prémios à cobrança e os custos de aquisição diferidos. Os imóveis encontram-se ao seu valor contabilístico bruto.

2. Conjuntura Macroeconómica

2.1. Economia Internacional

A economia mundial continua a mostrar sinais de uma modesta recuperação ao nível de crescimento económico, continuando a existir riscos e incertezas nos mercados financeiros globais decorrentes essencialmente da crise da dívida soberana na Zona Euro e da fraca recuperação da economia norte americana que apresenta igualmente uma problemática ao nível da sustentabilidade orçamental e do aumento da dívida externa.

O crescimento da economia mundial é, essencialmente, sustentado pelo desempenho das economias emergentes onde se destaca a China, com um crescimento de 7,8%, assente num modelo de exportações conjugado com políticas de estímulo fiscal e monetário.

Para a África Subsaariana, continuaram a registar-se bons níveis de crescimento económico (4,8%) sustentado pelo investimento em infra-estruturas básicas, projectos de investimento directo estrangeiro com origem em economias mais desenvolvidas e exploração de petróleo, bem como pela estabilidade ao nível dos preços.

A China passou a ter um papel fundamental nas economias dos países subsaarianos quer em termos de equilíbrio externo quer através do investimento em projectos de infra-estruturas.

2.2. Economia de Moçambique

Apesar da crise financeira internacional a economia moçambicana continua a demonstrar um desempenho positivo sustentado, essencialmente, pelos sectores da agricultura, exploração mineira, transportes e comunicações, conjugado com a estabilidade do metical



no mercado cambial doméstico, originando um crescimento do PIB de 7,4% em 2012 face ao período homólogo, acima das previsões do início do ano uma vez que a contribuição do sector do carvão foi superior à prevista.

A taxa de inflação anual de 2,6%, bastante abaixo do esperado, é o reflexo de uma redução dos preços alimentares importados, do aumento da oferta de produtos alimentares nacionais resultantes de um boa época de colheitas, da estabilidade dos preços administrados (combustíveis, transportes, água e luz) e de uma taxa de câmbio forte em relação aos principais parceiros comerciais.

Apesar dos avanços conseguidos pela economia moçambicana e do sucesso dos esforços de estabilidade económica por parte das autoridades, no sentido de redução progressiva da dependência de auxílio internacional, há, ainda, muito espaço para o progresso em termos de desenvolvimento humano e de competitividade.

O futuro do sucesso dos esforços das autoridades, no cumprimento dos objectivos de erradicação da pobreza, assenta no aumento da produção e produtividade na agricultura, na criação de emprego quer no sector privado e público, no desenvolvimento humano e social, quer ao nível educacional, saúde e condições básicas, de forma a melhorar os actuais índices da população que vive abaixo do limiar de pobreza (60%) e dos índices de escolaridade, em que se estima que 80% da força de trabalho não tenha completado o ensino primário.

2.3. Perspectivas para 2013

Considerando a continuidade das previsões de uma conjuntura internacional adversa e incerta existem fortes factores atenuantes que permitem que Moçambique olhe para o futuro com optimismo, nomeadamente, a produção de carvão em expansão acentuada pela redução dos constrangimentos no transporte, a forte entrada de investimento directo



estrangeiro em vários “Mega Projectos” e os fluxos comerciais estáveis (exportação de electricidade e importação de alimentos).

Ainda assim, a capacidade das instituições e dos moçambicanos para enfrentarem os riscos que se avizinham, produzindo mais para suprir as necessidades do mercado interno, diversificando os nossos produtos de exportação e explorando novos mercados e parcerias, permitem encarar o ano de 2013 com renovada esperança e vigor.

3. O Mercado Segurador em Moçambique

O mercado segurador, do lado da oferta, é constituído por dez seguradoras: a MCS – Moçambique, Companhia de Seguros, S.A.; a EMOSE, Empresa Moçambicana de Seguros, S.A.; a SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A, que possui duas marcas a operar no mercado (a SIM, vocacionada para a banca-seguros, e a IMPAR, vocacionada para o retalho); a Global Alliance, S.A.; a Hollard Seguros de Moçambique, S.A.; a REAL, Companhia de Seguros de Moçambique; a Austral Seguros, S.A.; a Indico Seguros; a Nico Moçambique Vida SA e a Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, SA. As três últimas seguradoras iniciaram a sua actividade em 2012.

Para além destas seguradoras opera, ainda, em Moçambique um ressegurador de direito moçambicano, a MOZRE, Moçambique Resseguros, S.A., de capitais moçambicanos e zimbabueanos.

O mercado segurador reflecte o acentuado domínio de seguros dos ramos Não Vida (84,7%), num total de 4.792 milhões de meticais (dados de 2011 do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique) com uma taxa de penetração de seguros na economia de 1,44% em 2011, contra 1,10% em 2010.



No Ramo Não Vida destacam-se as Seguradoras Global, SIM, Emose que representam cerca de 75% do mercado com quotas bastante equivalentes (25%).

O seguro automóvel continua a dominar o mercado com 42,9% do total de prémios emitidos, face ao carácter de obrigatoriedade e a uma cada vez maior consciencialização dos seus benefícios por parte da sociedade, seguido do ramo Incendio e Elementos da Natureza.

Em termos de sinistralidade o sector continua a beneficiar de taxas abaixo (42,1% em 2011) daquelas que se verificam noutros países, quer africanos, quer europeus. Parece-nos, no entanto, que à medida que a Indústria Seguradora se continue a afirmar na actividade económica e financeira, é natural que este indicador venha a aumentar para níveis mais próximos do intervalo entre os 50% e os 65%.

4. A MCS – Moçambique, Companhia de Seguros

Ao iniciar a apreciação da actividade e dos resultados deste exercício, cumpre salientar que o exercício de 2012 ficou assinalado pelo esforço na redução do prazo médio de cobrança de recibos de prémio, através de uma melhoria da eficiência no processo de gestão das cobranças, no ajustamento de provisões de sinistros de acidentes trabalho graves e no crescimento equilibrado da carteira.

Iniciou-se, no final de 2012, a exploração do seguro de saúde, permitindo assim alargar a oferta global para o cliente final através de um processo inovador de gestão do produto Saúde em parceria com os principais prestadores de serviços privados, que operam quer no mercado moçambicano quer no sul-africano.

A Companhia continuou a afirmar-se no sector segurador Moçambicano e manteve a autorização para a utilização do logótipo “Orgulho Moçambicano”.

Continuam a existir alguns desequilíbrios, principalmente ao nível da estrutura dos custos por natureza, no entanto os objectivos de receita processada foram atingidos, iniciando-se



a já mencionada melhoria no processo de gestão de cobranças com vista a reduzir as antiguidades da receita à cobrança.

Solidificaram-se as relações comerciais com os principais intervenientes no mercado e consolidou-se a presença da Companhia junto das pequenas e médias empresas moçambicanas, para além de se ter desenvolvido a presença junto de algumas das principais empresas que operam em Moçambique. Manteve-se a política de selecção de riscos e a orientação da acção comercial para a constituição de uma carteira de seguros assente em riscos simples, ainda que com predominância do seguro Automóvel.

4.1. Expansão, Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos

Em 2012, a MCS manteve a sua imagem de rigor e qualidade, confirmada pelo reduzido número de reclamações recebidas e pelo reconhecimento da sua forma de actuar por parte de clientes, corretores, concorrentes e resseguradores.

Os objectivos constantes do plano trienal de desenvolvimento da empresa foram alcançados, nomeadamente, em termos de crescimento da receita processada.

A abertura da Dependência da Matola, no final de 2011, é mais um marco na expansão a nível territorial da Moçambique Companhia de Seguros, encontrando-se em estudo a abertura de mais dependências na Zona Centro e Norte do País.

A gestão de Recursos Humanos manteve a orientação de privilegiar a formação e o desenvolvimento das capacidades profissionais dos trabalhadores, tendo sido ministradas várias acções de formação internas e externas, bem como acções de acolhimento e formação a novos trabalhadores.

O quadro de pessoal da Companhia, composto por trinta e cinco elementos, dos quais, apenas, dois são expatriados, tem vindo a crescer de forma sustentada, através de uma política de contratações assente em critérios de elevada qualidade.



4.2. Sistemas de Informação

Tendo ficado concluído no decurso dos exercícios anteriores, o plano de substituição do parque informático da empresa, durante o exercício em apreço manteve-se a política de actualização permanente do equipamento informático.

A nível aplicacional, tem vindo a ser implementadas diversas melhorias no sistema operacional, com vista à optimização de processos e manteve-se o plano de introdução de novas melhorias de forma a dotar a aplicação de novas capacidades, nomeadamente ao nível da quantidade e, essencialmente, da qualidade da informação.

4.3. Marketing e Imagem Institucional

Foram desenvolvidas várias acções de concepção e lançamento de novos produtos, orientados para o mercado de particulares, para o canal bancário e para o nicho das pequenas e médias empresas.

Mantiveram-se, como objectivo essencial da empresa, as acções de proximidade com os corretores do mercado.

No âmbito da Imagem Institucional, em 2008, a Moçambique, Companhia de Seguros, SA adoptou um novo logótipo, mais moderno e consentâneo com a modernidade expressa nas instalações da Sede, na Av. Kenneth Kaunda, 518, uma das mais emblemáticas artérias da capital, e que continua a simbolizar a afirmação da companhia na sociedade Moçambicana.

4.4. Análise da Actividade

4.4.1. Produção

Os prémios brutos emitidos atingiram, em 31 de Dezembro de 2012, o valor de 160 024 milhares de meticais, valor que se enquadra com o objectivo proposto para o referido exercício. Quando comparado com os 144 414 milhares de meticais registados no exercício anterior, o crescimento da receita processada, referente a contratos de seguro, fixou-se em 10,80%.



Apesar do crescimento de 10,80% dos prémios brutos emitidos, o facto de grande parte do crescimento da carteira ter ocorrido no segundo semestre de 2012, motivou o reforço da provisão para prémios não adquiridos, o que, conjugado com o crescimento do ramo de Incêndio e Outros Danos em Coisas, com elevada cedência ao nível de resseguro, justificou o crescimento dos prémios adquiridos líquidos de resseguro de apenas 1,5% quando comparado com 2011 (2012 – 107 312 milhares meticais e 2011 – 105 724 milhares meticais).

Os valores alcançados continuam a reflectir o esforço dedicado ao crescimento, à consolidação e à diversificação da carteira da Companhia.

Este crescimento foi obtido, essencialmente, através da manutenção da acção comercial junto do segmento de particulares e das pequenas e médias empresas moçambicanas, bem como do aprofundamento das relações com os principais corretores do mercado, que continuam a merecer especial e estratégica atenção por parte da Companhia.

É-nos grato registar como clientes da Companhia várias das mais qualificadas empresas do mercado nacional, de entre as quais se destacam o Grupo Vodacom, a Petromoc, o Banco Único, a Médicos sem Fronteiras, a Hidroeléctrica de Cahora Bassa, a JAT Constrói, o FNB Moçambique, entre muitos outros.

No ano de 2012, foram emitidas 2 496 novas apólices, tanto em meticais, como em dólares e também em randes. O prémio médio por apólice ascendeu a 23,3 mil meticais, quando, em 2011, esse valor era de 18,8 milhares de meticais. Esta pequena variação positiva resulta do esforço de selecção e da adequada tarifação da carteira levado a efeito neste exercício, com vista à minimização dos riscos operacionais e de subscrição.

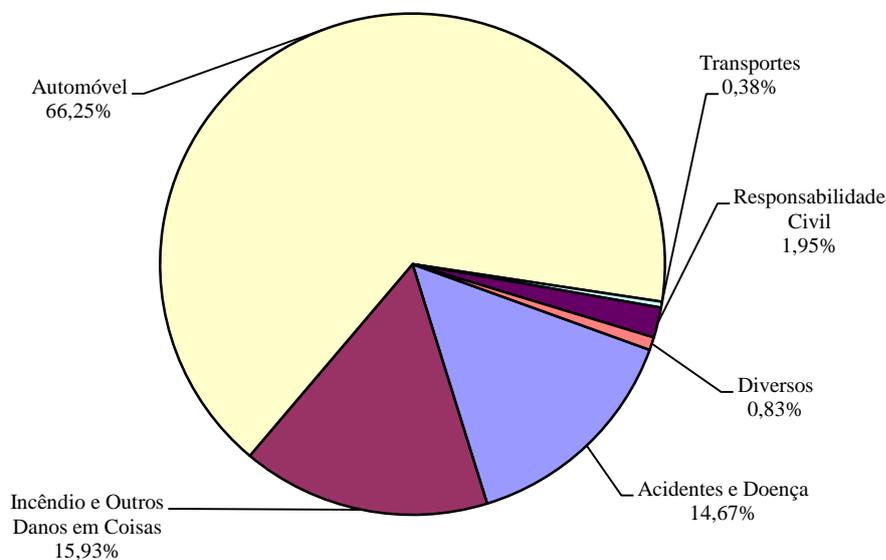
A composição da carteira em vigor continua a evidenciar a já mencionada rigorosa e prudente selecção de riscos, anotando-se que o ramo Automóvel contribuiu com cerca de 66,25% dos prémios em carteira, valor acima da média do mercado, que rondará os 43% (dados de 2011, segundo relatório do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique).



Carteira em Vigor em 31 de Dezembro

Ramo	2011		Prémio Médio 2011	2012		Prémio Médio 2012
	Qt.	Prémio Simples Anual		Qt.	Prémio Simples Anual	
Acidentes e Doença	854	15.725.804,98	18.414,00	907	19.124.748,44	21.086,00
Incêndio e Outros Danos em Coisas	768	14.093.216,38	18.351,00	906	20.769.693,24	22.925,00
Automóvel	3.361	62.520.087,62	18.602,00	3.909	86.386.623,04	22.099,00
Transportes	13	737.884,66	56.760,00	10	499.797,03	49.980,00
Responsabilidade Civil	80	2.066.673,55	25.833,00	89	2.539.624,36	28.535,00
Diversos	24	872.672,03	36.361,00	26	1.079.279,11	41.511,00
Total	5.100	96.016.339,22	18.827,00	5.847	130.399.765,22	22.302,00

Composição da Carteira em vigor 31 de Dezembro de 2012



A carteira em vigor aumentou cerca de 34,4 milhões de meticais, ou seja 36%, traduzindo apesar da maturidade da carteira e do esforço de selecção de riscos, a intensificação da acção comercial. Para o acréscimo verificado contribuíram, essencialmente, o Ramo Automóvel e o Incêndio e Outros Danos em Coisas, cujas variações se situaram em 38% e 47%, respectivamente.



A composição da carteira da Companhia manteve-se, praticamente, inalterada e continua a refletir dependência no ramo Automóvel, tendo-se verificado um reforço do ramo Incêndio e Outros Danos em Coisas.

A revisão das orientações estratégicas e a contínua monitorização da política de subscrição da Companhia, no sentido do seu alargamento aos riscos em que incorrem as pequenas e médias empresas moçambicanas, permitiram continuar a desenvolver a carteira da Companhia, que manteve uma evolução positiva e equilibrada no conjunto dos ramos, embora, nos últimos exercícios, com preponderância do ramo Automóvel.

Tendo-se mantido a tendência para os riscos simples, de boa qualidade, a receita processada do ramo Automóvel cresceu 7,84% e a do ramo Incêndio e Outros Danos em Coisas, 29,51%.

4.4.2. Resseguro Aceite

Não existiram contractos em regime de Resseguro Aceite.

4.4.3. Sinistros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, a Companhia registou a participação de 614 processos de sinistro, dos quais 355 foram já encerrados. No final do exercício de 2012, o número de processos de sinistro abertos era de 319, sendo 259 de 2012, 33 de 2011, 12 de 2010 e 15 de exercícios anteriores a 2010.

Os custos com sinistros atingiram os 64 782 milhares de meticais, sendo 57 633 milhares de meticais referentes a montantes pagos, e 7 149 milhares de meticais relativos a um reforço de provisão, essencialmente, no ramo de acidentes de trabalho, nomeadamente em sinistros relacionados com pensões. Os sinistros do ramo Automóvel, por si só, representam cerca de 87,26% dos montantes pagos, tendo-se registado um acréscimo no montante de provisões constituídas de 765 mil meticais. No ramo de acidentes de trabalho verificou-se um reforço de provisão no montante de 5 712 milhares de meticais em sinistros relacionados com pensões, adequando, desta forma as provisões constituídas aos montantes calculados pelos tribunais para a sua remissão integral.

**Custos com Sinistros
2012**

Valores em Meticais

Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos (1)	Varição da provisão para sinistros (2)	Custos com sinistros (3) =(1)+(2)
Seguro directo			
Acidentes de Trabalho	2.922.935,48	5.712.257,58	8.635.193,06
Acidentes Pessoais e Doença	0,00	-33.496,30	-33.496,30
Incêndio e Elementos da Natureza	2.997.290,51	457.898,48	3.455.188,99
Automóvel	50.290.304,16	764.511,24	51.054.815,40
Marítimo	-	-	-
Ferroviário	-	-	-
Aéreo	-	-	-
Transportes	871.797,17	133.528,22	1.005.325,39
Responsabilidade Civil Geral	430.589,79	111.204,84	541.794,63
Diversos	119.780,39	3.265,28	123.045,67
Total	57.632.697,50	7.149.169,34	64.781.866,84
Resseguro aceite	-	-	-
Total Geral	57.632.697,50	7.149.169,34	64.781.866,84

Rácio de Sinistralidade (Custos com Sinistros / Prémios Brutos Emitidos)

Ramo	2012			2011		
	PBE	Custos com sinistros	Taxa Sinistralidade	PBE	Custos com sinistros	Taxa Sinistralidade
Acidentes de trabalho	18 355 477	8 635 193	47,04%	22 567 044	1 107 118	4,91%
Acidentes pessoais e doença	3 628 293	(33 496)	-0,92%	(1 936 598)	1 083 598	-55,95%
Incêndio e outros danos	34 169 489	3 455 189	10,11%	27 620 989	2 739 259	9,92%
Automóvel	91 173 041	51 054 815	56,00%	84 546 163	44 268 747	52,36%
Transportes	5 714 072	1 005 325	17,59%	6 134 483	370 518	6,04%
Responsabilidade civil	4 333 016	541 795	12,50%	4 395 016	158 184	3,60%
Diversos	2 650 900	123 046	4,64%	1 086 646	83 255	7,66%
Total	160 024 289	64 781 867	40,48%	144 413 744	49 810 679	34,49%

Rácio de Sinistralidade (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)

Ramo	31-Dez-12	31-Dez-11
Acidentes de trabalho	52,67%	5,71%
Acidentes pessoais e doença	-0,98%	-79,79%
Incêndio e outros danos	11,29%	2,22%
Automóvel	61,72%	55,69%
Transportes	26,20%	11,06%
Responsabilidade civil	14,01%	2,01%
Diversos	22,67%	2,34%
Rácio global	45,57%	33,53%



O rácio de sinistralidade da Companhia fixou-se, assim, nos 40% dos prémios brutos emitidos, com o ramo Automóvel a atingir os 56%. A sinistralidade global da Companhia ficou, assim, 6% acima da registada no exercício anterior (34%) em resultado, essencialmente, do reforço de provisões efectuado no ramo de acidentes de trabalho e do aumento do índice de sinistralidade no ramo automóvel. O ramo Incêndio e Outros Danos em Coisas apresentou uma sinistralidade de 10%, bastante abaixo da sinistralidade tradicional deste ramo.

O rácio de sinistralidade quando tem por base os prémios adquiridos agravou-se 12%, resultado quer do aumento de sinistralidade global, quer do forte crescimento da carteira no segundo semestre que resultou num reforço significativo da provisão para prémios não adquiridos.

4.4.4. Custos de aquisição e custos administrativos

O valor das comissões processadas, em 2012, foi de 15 533 milhares de meticais, ou seja, 9,70% dos prémios e seus adicionais, valor que compara com 8,97%, no ano anterior. A manutenção deste rácio, apesar do crescimento de 10,80% dos prémios emitidos, fica a dever-se ao incremento da acção comercial.

O total dos custos por natureza ascendeu, em 2012, a 37,18% do total dos proveitos. As despesas com pessoal, incluindo as remunerações dos órgãos sociais, representaram 21,22% e os outros custos por natureza, 15,95%.

**Comissões e Custos por Natureza**

Designação	2011		2012	
	Valor	%	Valor	%
Comissões (1)	12 949 977	8,97%	15 533 091	9,71%
Despesas Gerais (2)	52 699 285	41,36%	53 249 509	37,18%
. Despesas com o Pessoal	28 191 616	21,12%	30 399 346	21,22%
. Outros Custos	24 507 669	19,23%	22 850 163	15,95%
. Fornecimentos e Serviços Externos	21 132 563	16,58%	19 871 736	13,87%
. Impostos e Taxas	80 984	0,06%	144 419	0,10%
. Amortizações	2 757 850	2,16%	2 978 426	2,08%
. Provisões para riscos em curso	-	0,00%	-	

Total dos Prémios	160 024 289
Total dos Proveitos	143 233 921

(1) - Percentagem do total dos Prémios e seus Adicionais

(2) - Percentagem do total dos Proveitos

Os indicadores apresentados, para 2012, continuam a revelar uma melhoria, em relação aos verificados no final de 2011, no que se refere às despesas com o pessoal e aos restantes custos por natureza. Considera-se que os rácios apresentados se podem classificar como ajustados à realidade, mas, mesmo assim, demasiado elevados para a operação corrente e difíceis de sustentar a longo prazo. Assim, o controlo dos custos por natureza, com especial destaque para os fornecimentos e serviços externos, bem como a racionalização da utilização dos recursos humanos e materiais, constitui a preocupação dominante do Conselho de Administração e de todos os trabalhadores da Companhia.

Tal como em exercícios anteriores, neste exercício e dando cumprimento ao estabelecido no plano de contas para actividade seguradora, procedemos à imputação dos custos por natureza às funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos. Esta imputação foi efectuada por ramos, a cada uma das funções atrás referidas, através da análise dos registos informáticos, pretendendo-se, assim, evidenciar as cargas de trabalho de cada função.



4.4.5. Resseguro Cedido

O Resultado do Resseguro Cedido apresenta, no final de 2012, um saldo financeiro favorável aos resseguradores de 17 896 milhares de meticais, enquanto, em 2011, o saldo era de 19 329 milhares meticais. O resultado para os nossos resseguradores foi bastante positivo, traduzindo, de forma inequívoca, que a Companhia considera como parceiros privilegiados e essenciais os seus resseguradores.

Movimento com Resseguradores

Rubrica	Meticais	
	2011	2012
Prémios Brutos de Resseguro Cedido	32 698 702	37 894 484
Comissões e Participação nos Resultados	11 526 401	17 711 256
Sinistros e Variação da provisão para sinistros	1 843 426	2 287 679
Resultado para Resseguradores	19 328 875	17 895 549

Merece uma referência especial, a percentagem dos prémios de resseguro cedido em relação aos prémios brutos emitidos de seguro directo, que atingiu 23,68%, em 2012, valor que compara com 22,64%, em 2011, resultado do crescimento verificado na carteira do ramo Incêndio e Outros Danos em Coisas.

4.4.6. Gestão de Investimentos

No que respeita à Gestão de Investimentos, deve salientar-se que a mesma se continuou a pautar por critérios de prudência, próprios dos investidores institucionais, procurando conciliar a rendibilidade com os riscos envolvidos, tendo presente os escassos tipos de investimento disponíveis no mercado moçambicano e o elevado investimento canalizado para as instalações da Companhia.

No exercício de 2012, a política de investimentos manteve-se orientada para as aplicações em depósitos a prazo, expressos, quer em moeda nacional, quer em dólares, tendo, igualmente, sido mantidos em carteira títulos de Dívida Pública.

**Investimentos líquidos de desinvestimentos**

meticais

Tipo de Investimento	2011	2012
Depósitos a prazo	20 496 600	24 925 732
Bilhetes do Tesouro	1 865 065	1 865 065
Obrigações	-	-
Empréstimos hipotecários	1 719 058	1 209 450
Imóveis	43 399 200	43 399 200
. de Rendimento	-	-
. de Serviço Próprio	43 399 200	43 399 200
. em curso	-	-
TOTAL	67 479 923	71 399 447

A variação positiva evidenciada no mapa acima resulta do reconhecimento de diferenças cambiais positivas nos investimentos expressos em moeda estrangeira em resultado da valorização do metical em relação ao dólar e ao rande (o cambio do dólar e do rande no final de 2012 foi de 29,55 e 3,49 e, em 2011, 27,12 e 3,24, respectivamente), bem como do aumento de valores nominais constantes na rubrica de depósitos a prazo. No exercício de 2012 realizaram-se, ainda, investimentos em diverso equipamento, nomeadamente relacionados com as instalações da Companhia e com o parque informático.

4.4.7. Situação Financeira

O Activo Líquido, em 2012, totalizou 204 597 milhares de meticais, contra 169 404 milhares de meticais, em 2011.

O total dos Capitais Próprios, que, em 2011, se fixou em 35 398 milhares meticais, passou a ter em 2012 o valor de 35 571 milhares de meticais, resultante do resultado líquido alcançado no exercício.

Importa, ainda, referir que no exercício de 2012 se precedeu à cobrança de recibos no valor de 150 191 milhares de meticais. Este valor representa cerca de 93,86% dos prémios processados, abaixo dos 96,57% registados no exercício anterior, mas que constitui, ainda assim, a evidência do esforço de cobrança levado a cabo no exercício. Esta eficiência nas



cobranças fica, fundamentalmente, a dever-se ao esforço desenvolvido no segundo semestre e será mantido e intensificado no exercício já em curso. É nossa convicção que, já no decorrer do exercício de 2013, apesar a manutenção da crise económica, teremos capacidade de manter e eventualmente aumentar o rácio para valores próximos de 100%. Este rácio, dadas as circunstâncias específicas do mercado moçambicano, pode considerar-se bastante satisfatório.

O montante dos prémios em cobrança atingiu, em 31 de Dezembro de 2012, os expressivos 98 629 milhares de meticais. A provisão para recibos por cobrar, que ascende a 3 275 milhares de meticais, correspondente a uma cobertura de cerca de 3,3% do montante desses prémios. Importa salientar que o montante de prémios à cobrança com menos de 120 dias representa metade dos prémios à cobrança e os com menos de um ano cerca de 75%. Em 2011, estes indicadores eram idênticos. A redução da provisão de prémios à cobrança está directamente relacionada com o trabalho iniciado no último trimestre de 2012 tendo em vista a redução da antiguidade dos recibos à cobrança.

O Passivo da Companhia é, essencialmente, constituído por provisões técnicas, próprias da actividade seguradora, e por créditos relacionados com operações de resseguro.

4.4.8. Apreciação dos Resultados

O Resultado Líquido do Exercício atingiu os 173 079 meticais. Este resultado foi apurado depois do registo do mencionado reforço da provisão para sinistros acidentes de trabalho, do agravamento da taxa de sinistralidade, do início do processo de anulação de recibos com maior antiguidade, da indemnização por cessão do contrato de trabalho de um funcionário, pelo reforço da provisão para prémios não adquiridos, resultante do acentuado crescimento da carteira no segundo semestre e pelo crescimento no ramo Incêndio e Outros Danos em Coisas, que detém uma forte taxa de cedência de resseguro.

4.5. Perspectivas para 2013

Para o ano de 2013, assumem-se como prioridades: a continuação do trabalho de consolidação da Companhia, através da manutenção de uma política de subscrição



rigorosa, de medidas de selecção de carteira e de uma criteriosa regulação de sinistros, tendentes à obtenção do necessário equilíbrio na exploração técnica dos ramos, intensificando a acção comercial com vista ao crescimento nos ramos Incêndio e Outros Danos em Coisas e Acidentes de Trabalho, a manutenção do crescimento do volume de prémios, a preservação da imagem alcançada, o aumento da notoriedade da Companhia fora do mercado segurador e o apoio à formação técnica do pessoal. Torna-se, igualmente, essencial implementar uma política de racionalização de custos e de combate ao desperdício, sem a qual dificilmente se conseguirá atingir os níveis de rentabilidade necessários e exigidos ao equilíbrio da Companhia.

Os valores alcançados já no decorrer do ano de 2013 e permitem antever um bom desempenho da Companhia neste exercício. De facto, o volume de prémios processados, no primeiro trimestre, foi de mais de 42 milhões de meticais, enquanto a sinistralidade de seguro directo se apresentou em níveis relativamente baixos, em cerca de 38% dos prémios processados neste trimestre. As despesas gerais ascenderam a cerca de 33% dos proveitos. Estes factos, aliados ao incremento do esforço comercial, à revisão da tabela de comissionamento, bem como à manutenção da política de renovação de produtos, são o garante da continuação do desenvolvimento da Companhia, com níveis de desempenho satisfatórios. De realçar, ainda, a intensificação do esforço de cobrança, com o objectivo de alcançar uma estrutura de prémios à cobrança em que os recibos com mais de um ano de antiguidade serão tendencialmente inexistentes.

Tal como mencionado acima, a Companhia está a estudar a expansão regional para as províncias do Norte, acompanhando o desenvolvimento daquela região, bem como os actuais clientes que estão, igualmente, a investir no Norte do País.

Encontram-se em curso os estudos de viabilidade económica com vista à introdução do Ramo Vida no conjunto da oferta da empresa.

O incremento da acção reguladora do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique permite antever o desenvolvimento de um enquadramento legal mais adequado às necessidades do mercado moçambicano e mais consentâneo com realidade do país e com o desenvolvimento a que temos assistido na última década.



Prevendo-se o incremento, ainda que moderado, da economia moçambicana, a par da intensificação da concorrência e da sua repercussão ao nível dos resultados técnicos, a Companhia terá de intensificar esforços para consolidar a carteira e atingir níveis de produtividade elevados, objectivo esse em que todos os trabalhadores da Companhia se encontram empenhados.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se a aplicação do lucro apurado, no montante de 173 079,47 meticais, nas seguintes rubricas:

Reserva Legal	34 615,89
Reserva Estatutária	8 653,97
Resultados transitados	129 809,61

Com a aplicação de resultados constante da presente proposta, a situação líquida da empresa fixar-se-á em 35 571 448 meticais.

6. Notas Finais

Ao finalizar, apresentamos as nossas saudações e agradecimentos a todos quantos nos têm ajudado e apoiado, contribuindo de forma decisiva para o crescimento da Companhia, nomeadamente:

- . ao Governo de Moçambique e, em particular, ao Ministério do Plano e das Finanças, que tem assegurado ao País um clima de estabilidade e progresso, favorável ao desenvolvimento dos negócios;
- . ao Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, pela forma como tem acompanhado o sector e a actividade da Companhia;
- . ao Conselho Fiscal, pelo apoio sempre recebido e acompanhamento diligente da vida da Companhia;
- . aos nossos Accionistas, pelo empenhamento e compreensão manifestados;



- . aos nossos Auditores, pela colaboração prestada;
- . à Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio técnico sempre disponível;
- . aos nossos Resseguradores pela acessibilidade e compreensão demonstradas;
- . aos nossos Corretores pela colaboração prestada;
- . aos nossos Clientes pela confiança demonstrada;
- . aos nossos Trabalhadores pelo esforço, competência e dedicação com que sempre desempenharam as suas tarefas.

Maputo, 20 de Abril de 2012

O Conselho de Administração

Presidente

G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais S.A, representada por
Dr. Lucas Fazine Chachine

Vogal

Lusitania, Companhia de Seguros, SA, representada por
Dr. José António de Arez Romão

Dr. Gonçalo Ramos e Costa

Demonstrações Financeiras



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

MOÇAMBIQUE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em Meticais)

GANHOS E PERDAS	Notas	Notas	Ramo Vida	Ramos Não Vida										Conta Não Técnica	Totais do Exercício	Totais do Exercício Anterior	
				Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais e Doença	Incendio e Elementos da	Automóvel	Marítimo	Ferrovário	Aéreo	Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro			-	13 699 280	3 513 686	6 901 710	79 435 752	-	-	-	-	1 741 383	1 549 712	471 226	-	107 312 751	105 724 226
Prémios brutos emitidos	3.24	3.13	-	18 355 477	3 628 293	35 770 843	91 173 041	-	-	-	-	5 714 072	4 333 016	1 049 546	-	160 024 289	144 413 744
Prémios de resseguro cedido	3.25	3.13	-	(2 691 284)	-	(25 686 820)	(2 686 707)	-	-	-	-	(3 900 942)	(2 480 144)	(448 588)	-	(37 894 484)	(32 698 702)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	3.26	3.10	-	(1 964 913)	(194 785)	(5 658 326)	(9 050 583)	-	-	-	-	(333 527)	(590 076)	(84 465)	-	(17 876 673)	(2 592 783)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	3.27	3.8	-	-	80 178	2 476 013	-	-	-	-	-	261 780	286 916	(45 267)	-	3 059 620	(3 398 033)
Custos com sinistros líquidos de resseguro			-	8 633 313	4 948	2 104 523	51 054 815	-	-	-	-	156 919	488 275	51 396	-	62 494 187	48 720 272
Montantes pagos			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Montantes brutos	3.28	3.14	-	2 921 055	1 880	2 997 291	50 290 304	-	-	-	-	871 797	430 590	119 780	-	57 632 698	54 991 704
Parte dos resseguradores	3.29	3.14	-	-	-	(2 022 327)	-	-	-	-	-	(792 696)	-	(70 740)	-	(2 885 763)	(2 563 115)
Provisão para sinistros (variação)			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Montante bruto	3.30	3.14	-	5 712 258	(33 496)	457 898	764 511	-	-	-	-	133 528	111 205	3 265	-	7 149 169	(4 615 345)
Parte dos resseguradores	3.31	3.14	-	-	36 563	671 661	-	-	-	-	-	(55 710)	(53 520)	(910)	-	598 084	907 027
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3.32	3.8	-	-	178 997	-	(809 375)	-	-	-	-	-	-	(25 674)	-	(656 053)	(5 856 632)
Gastos de exploração líquidos			-	9 004 519	2 893 983	2 214 398	33 860 936	-	-	-	-	(29 132)	7 578	(5 566)	-	47 946 715	52 165 212
Custos de aquisição	3.33	3.15	-	3 784 249	1 266 138	5 841 611	15 538 729	-	-	-	-	847 502	814 282	148 793	-	28 241 303	24 724 634
Custos de aquisição diferidos (variação)	3.34	3.15	-	(250 981)	(27 676)	(658 510)	(892 317)	-	-	-	-	(35 941)	(89 393)	(7 778)	-	(1 962 596)	(684 742)
Custos administrativos	3.35	3.15	-	5 796 187	2 715 278	8 038 443	20 833 011	-	-	-	-	952 520	810 656	233 168	-	39 379 263	39 651 720
Comissões e participação nos resultados de resseguro	3.36	3.15	-	(324 935)	(1 059 758)	(11 007 147)	(1 618 488)	-	-	-	-	(1 793 213)	(1 527 966)	(379 749)	-	(17 711 256)	(11 526 401)
Rendimentos			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3.37		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 397 211	1 397 211	1 469 356
Gastos com investimentos			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3.38	3.15	-	71 850	14 284	139 805	355 789	-	-	-	-	22 075	16 881	4 328	-	625 012	707 228
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)			-	(290 716)	(25 929)	(579 357)	(2 071 196)	-	-	-	-	(67 192)	13 645	132	-	(3 020 612)	2 129 252
De activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	3.39	3.9	-	(290 716)	(25 929)	(579 357)	(2 071 196)	-	-	-	-	(67 192)	13 645	132	-	(3 020 612)	2 129 252
De investimentos a deter até a maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	3.40	-	-	-	-	9 276	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9 276	133 613
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	3.41	3.18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	999 490	999 490	(5 384 011)
Resultado antes de imposto	-	-	-	(3 719 686)	447 404	3 031 618	(2 955 217)	-	-	-	-	1 658 714	1 023 334	446 610	2 396 701	2 329 477	4 077 852
Impostos correntes	3.42	3.18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132 454)	(132 454)	(2 833 042)
Impostos diferidos	3.43	3.18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 023 944)	(2 023 944)	3 281 108
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(3 719 686)	447 404	3 031 618	(2 955 217)	-	-	-	-	1 658 714	1 023 334	446 610	240 303	173 079	4 525 919

O Técnico de contas

A Administração

MOÇAMBIQUE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em Meticais)

BALANÇO	Notas	Notas	31-12-2012			31-12-2011
			Valor bruto	Depreciações e provisões	Valor líquido	
ACTIVO						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.1	3.1	9 284 357	-	9 284 357	3 490 405
Empréstimos e contas a receber						
Outros depósitos	3.2	3.2	25 412 557	-	25 412 557	21 045 602
Outros empréstimos	3.3	3.3	1 209 450	-	1 209 450	1 719 058
Investimentos a deter até a maturidade	3.4	3.4	1 886 242	-	1 886 242	1 898 884
Edifícios						
De uso próprio	3.5	3.5	43 399 200	1 952 964	41 446 236	42 097 224
Outros activos tangíveis	3.6	3.6	19 533 079	13 085 928	6 447 151	7 143 291
Outros activos intangíveis	3.7	3.7	878 800	553 047	325 753	437 448
Provisões técnicas de resseguro cedido						
Provisão para prémios não adquiridos	3.8	3.8	10 047 744	-	10 047 744	6 988 124
Provisão para sinistros						
De acidentes de trabalho	3.8	3.8	14 700	-	14 700	14 700
De outros ramos	3.8	3.8	369 261	-	369 261	967 345
Outros devedores por operações de seguros e outras operações						
Contas a receber por outras operações de seguro directo	3.9	3.9	99 246 680	3 275 457	95 971 223	71 928 113
Contas a receber por outras operações de resseguro	3.9	3.9	4 409 864	-	4 409 864	3 870 811
Contas a receber por outras operações	3.9	3.9	7 362 675	-	7 362 675	6 109 455
Activos por impostos						
Activos por impostos diferidos	3.20	3.21	209 578	-	209 578	1 681 355
Acréscimos e diferimentos		3.10	199 950	-	199 950	11 756
Total do activo			223 464 136	18 867 396	204 596 740	169 403 571

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

MOÇAMBIQUE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em Meticais)

BALANÇO			31-12-2012	31-12-2011
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
Provisões técnicas				
Provisão para prémios não adquiridos	3.10	3.11	76 893 210	60 992 732
Provisão para sinistros				
Do ramo acidentes de trabalho e doenças profissionais	3.10	3.11	5 914 625	293 019
De outros ramos	3.10	3.11	17 163 596	16 134 544
Provisão para desvios de sinistralidade	3.10	3.11	69 127	55 527
Provisão para riscos em curso	3.10	3.11	2 226 396	2 882 449
Outros credores por operações de seguros e outras operações				
Contas a pagar por operações de seguro directo	3.11	3.12	12 696 406	9 107 765
Contas a pagar por operações de resseguro	3.11	3.12	37 195 203	29 416 324
Contas a pagar por outras operações	3.11	3.12	4 498 223	4 171 203
Passivos por impostos				
Passivos por impostos correntes	3.20	3.21	7 561 762	7 690 140
Passivos por impostos diferidos	3.20	3.21	3 813 665	3 261 498
Acréscimos e diferimentos		3.10	993 079	
Total do passivo			169 025 292	134 005 202
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	3.12	3.22	33 000 000	33 000 000
Reserva legal		3.23	3 870 171	2 964 987
Reservas estatutárias		3.23	1 203 243	976 947
Outras reservas		3.23	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados			(4 139 678)	(7 534 117)
Resultados do exercício			173 079	4 525 919
Total do Capital Próprio			35 571 448	35 398 369
Total do Passivo e do Capital Próprio			204 596 740	169 403 571

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

MOÇAMBIQUE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Valores expressos em Meticais)

**DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO
 CAPITAL PRÓPRIO**

	Capital social	Reserva legal	Reservas estatutárias	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Balanço a 31 de Dezembro de 2010	33 000 000	2 964 987	976 947	1 464 634	(5 674 100)	(1 860 017)	30 872 450
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	-	(1 860 017)	1 860 017	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	4 525 919	4 525 919
Balanço a 31 de Dezembro de 2011	33 000 000	2 964 987	976 947	1 464 634	(7 534 117)	4 525 919	35 398 369
Aplicação do resultado do exercício	-	905 184	226 296	-	3 394 439	(4 525 919)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	173 079	173 079
Balanço a 31 de Dezembro de 2012	33 000 000	3 870 171	1 203 243	1 464 634	(4 139 678)	173 079	35 571 448

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

MOÇAMBIQUE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	Notas	2012	2011
Resultado líquido do exercício		173 079	4 525 919
<u>Outros ganhos / (perdas) reconhecidos directamente em Capital próprio</u>		-	-
Total do rendimento integral		<u>173 079</u>	<u>4 525 919</u>

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

MOÇAMBIQUE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	173 079	4 525 919
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>		
Impostos sobre o rendimento	2 156 397	(448 066)
Depreciações e amortizações	2 644 071	2 539 158
Variação das provisões técnicas, líquidas de resseguro	19 447 147	(3 241 498)
Imparidade de activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(3 020 612)	2 129 252
<u>Variações nos activos e passivos operacionais:</u>		
(Aumento) / redução de outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações	(12 517 443)	(8 701 310)
(Aumento) / redução de activos tangíveis e activos intangíveis	(1 185 248)	(2 844 187)
(Aumento) / redução de outros activos e passivos correntes	804 885	(2 347)
Aumento / (redução) de impostos activos / passivos	(260 832)	39 650
Aumento / (redução) de outros passivos financeiros		
<i>Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais</i>	<u>8 241 446</u>	<u>(6 003 429)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
(Aumento) / redução de empréstimos e contas a receber	(3 857 347)	2 643 526
(Aumento) / redução de investimentos detidos até à maturidade	12 642	(20 194)
Juros obtidos	1 397 211	1 469 356
<i>Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento</i>	<u>(3 088 689)</u>	<u>1 285 805</u>
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>5 793 952</u>	<u>(1 910 740)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>3 490 405</u>	<u>5 401 146</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>9 284 357</u>	<u>3 490 405</u>

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Notas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais

A MCS – Moçambique, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por MCS ou Companhia) é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, constituída em 20 de Julho de 2000 por tempo indeterminado. Tem a sua sede em Maputo e rege-se pelos seus estatutos e demais legislação aplicável.

A Companhia tem por objecto o exercício da actividade de seguro e resseguro, em todos os ramos reais e iniciou a actividade operacional em 3 de Junho de 2001.

2. Políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, foram preparadas em conformidade com o Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) emitidas até àquela data, e ainda de acordo com disposições emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM) relativas à contabilização das operações das empresas de seguros em Moçambique. Em consequência, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios da continuidade e do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

As presentes demonstrações financeiras foram apresentadas aos accionistas e estão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de accionistas agendada para 29 de Maio de 2013.

2.2. Políticas contabilísticas

(a) Transacções em moeda estrangeira

A MCS tem o Metical como moeda funcional. As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.



Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado.

As taxas de câmbio consideradas para a conversão dos activos e passivos financeiros à data de 31 de Dezembro de 2012 e de 31 de Dezembro de 2011 foram as seguintes:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Dólar Norte-Americano	29,55	27,12
Rand Sul-Africano	3,49	3,34

(b) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Investimentos a deter até à maturidade

Considera-se investimentos a deter até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a Companhia a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço da MCS na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.



O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A MCS avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando a Companhia tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a MCS tenha transferido o controlo sobre esses activos.



Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Para os activos financeiros em que não sejam possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

(c) Imparidade de activos financeiros

A MCS avalia em cada data de balanço a existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o



reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado, e que deve ser liquidado pela entrega de um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Empréstimos obtidos e contas a pagar

A MCS classifica os restantes passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.



Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

(f) Resseguro

No decurso da sua actividade a MCS analisa a possibilidade de cedência de risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua actividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.

(g) Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Companhia, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os



valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva. Sempre que se registem indícios de que um activo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em resultados qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os activos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

(h) Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da Demonstração de fluxos de caixa a Companhia considerou como Caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

(i) Provisões

A MCS constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

(j) Activos tangíveis e edifícios de uso próprio

Os activos tangíveis utilizados pela MCS no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.



A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

- Edifícios: 50 anos
- Equipamento informático: 8 anos
- Mobiliário e material: 7 a 10 anos
- Equipamento de transporte: 4 anos

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

A MCS efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Na mensuração subsequente dos edifícios de uso próprio a MCS optou igualmente pelo modelo do custo sendo, à semelhança dos restantes activos tangíveis, mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Na distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e terrenos e edifícios de uso próprio, a Companhia utiliza os critérios de classificação que constam, respectivamente, nos IAS 16 e IAS 40. Assim, para tal distinção entre uso próprio e rendimento no que diz respeito à classe de terrenos e edifícios, a Companhia adopta o princípio da recuperabilidade do activo. Deste modo, e para os imóveis cuja recuperabilidade seja por via da obtenção de rendas ao invés do seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de rendimento, utilizando os critérios de mensuração do IAS 40. Por sua vez, para os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de uso próprio, aplicando nesse caso, os critérios de mensuração subsequente que constam do IAS 16.



(k) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da MCS são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A MCS procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A depreciação dos activos intangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, considerando-se 3 anos de vida útil.

(l) Imparidade de itens não monetários

A MCS avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a MCS estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a MCS reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a MCS estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.



(m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputadas aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a MCS tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

(n) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.



Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

(o) Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente do da data do seu pagamento ou recebimento.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Tal como referido para os ganhos decorrentes de contratos de seguro, as comissões de administração cobradas aos tomadores de seguro são reconhecidas como ganho quando incorridas, independentemente do momento do seu recebimento.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objectivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método Pro-rata temporis. A Provisão para prémios não adquiridos é reconhecida no Balanço deduzida dos Custos de aquisição diferidos.



Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com o Decreto n.º 30/2011, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que Companhia espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do exercício, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

A provisão para IBNR é calculada para os ramos não-vida pelo correspondente a 5% dos custos com sinistros líquidos de resseguro.

Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima para o seguro directo. A quota parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor do somatório dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis e ainda não processados à data do encerramento do exercício, relativos a contratos em vigor. O método de cálculo da provisão para riscos em curso está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.



Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade visa fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha mais oscilações e deve ser constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas e para o risco de fenómenos sísmicos. O método de cálculo da provisão para desvios de sinistralidade está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

2.3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efectuados pela gestão são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos exercícios seguintes.

Estimativas e pressupostos

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue:

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que a MCS necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.

As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;
- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada à Companhia em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;



- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados à Companhia;
- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pela Companhia a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos seguros. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada pelo tomador de seguro.

A constituição de responsabilidades por contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à actividade da MCS, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. A Companhia elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revises trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Companhia. A MCS procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR) e a estimativas para sinistros ocorridos mas não reportados adequadamente (IBNER).

Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em que a MCS é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto revisão anual.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela MCS com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.



Os activos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos activos exige que a Administração efectue julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos activos por impostos diferidos.

2.4. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma, excepto ao mencionado na nota 3.13, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem reexpressão das quantias comparativas.

3. Notas às demonstrações financeiras

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31-Dez-12</u>	<u>31-Dez-11</u>
Caixa	65 000	45 000
Depósitos à ordem	9 219 357	3 445 405
	<u>9 284 357</u>	<u>3 490 405</u>



3.2. Empréstimos e contas a receber – Outros depósitos

A decomposição da rubrica de outros depósitos é constituída pelos Depósitos a prazo contratados pela empresa à data fecho do exercício.

O detalhe por moeda e instituição de crédito é a seguinte:

	<u>31-Dez-12</u>	<u>31-Dez-11</u>
<u>Meticais</u>		
BCI	2 523 154	2 816 328
FNB	-	-
Banco Único	2 090 125	-
<u>Dólares Norte-Americanos</u>		
BCI	17 761 520	15 972 950
FNB	-	-
Banco Único		
<u>Rands Sul-Africanos</u>		
BCI	2 387 745	1 577 900
FNB	-	678 424
Banco Único	650 013	-
	<u>25 412 557</u>	<u>21 045 602</u>

3.3. Empréstimos e contas a receber – Outros empréstimos

A rubrica de Outros empréstimos refere-se a um empréstimo concedido à empresa Soluções.

	<u>31-Dez-12</u>	<u>31-Dez-11</u>
Empréstimo concedido - Soluções	1 209 450	1 719 058
	<u>1 209 450</u>	<u>1 719 058</u>

3.4. Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são constituídos pelos seguintes títulos:

	<u>31-Dez-12</u>	<u>31-Dez-11</u>
Obrigações do tesouro 2005	1 886 242	1 898 884
	<u>1 886 242</u>	<u>1 898 884</u>



3.5. Edifícios de uso próprio

Tal como referido na nota 2.5 a MCS aplicou a isenção que permite uma entidade optar por mensurar um item do activo tangível na data de transição para o novo plano de contas pelo seu justo valor e usar esse justo valor como custo considerado nessa data.

A rubrica de Edifícios de uso próprio é constituída pelo imóvel sito na Avenida Kenneth Kaunda, no qual se situa a sede da Companhia.

O valor bruto contabilístico do edifício decompõe-se da seguinte forma:

	2012	2011
Edifício Sede		
Custo	33 207 018	33 207 018
Reavaliação	10 192 182	10 192 182
	43 399 200	43 399 200

A reconciliação entre os saldos iniciais e os saldos finais do valor bruto e depreciações acumuladas com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é apresentada na nota 3.6.

3.6. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	01-Jan-2012	Compras	Vendas / Abates	Transferências	31-Dez-2012
Custo de aquisição					
Edifícios	43 399 200	-	-	-	43 399 200
Equipamento administrativo	1 015 477	151 082	-	-	1 166 559
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	5 421 821	184 232	-	-	5 606 053
Instalações interiores	5 400	-	-	-	5 400
Material de transporte	6 174 134	930 000	(235 238)	-	6 868 896
Mobiliário e material	3 997 632	28 843	-	-	4 026 475
Património artístico	903 160	-	-	-	903 160
Outro equipamento	456 722	2 787	-	-	459 508
	61 870 574	1 296 943	(235 238)	-	62 932 279



	01-Jan-2012	Depreciação do exercício	Vendas / Abates	Transferências	31-Dez-2012
Depreciações acumuladas					
Edifícios	1 301 976	650 988	-	-	1 952 964
Equipamento administrativo	580 109	119 752	-	-	699 861
Máquinas e ferramentas	242 501	70 976	-	-	313 477
Equipamento informático	3 885 740	454 106	-	-	4 339 845
Instalações interiores	5 400	-	-	-	5 400
Material de transporte	4 689 309	812 219	(235 238)	-	5 266 290
Mobiliário e material	1 448 613	395 570	-	-	1 844 183
Património artístico	256 080	94 509	-	-	350 589
Outro equipamento	220 331	45 951	-	-	266 282
	12 630 059	2 644 071	(235 238)	-	15 038 892
Valor líquido	49 240 515				47 893 387

3.7. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis é analisado como segue:

	01-Jan-2012	Aumentos	Diminuições	Regularizações	31-Dez-2012
Custo de aquisição					
Despesas em edifícios arrendados	656 140	222 660	-	-	878 800
	656 140	222 660	-	-	878 800
		01-Jan-2012	Reforço	Regularizações	31-Dez-2012
Amortizações acumuladas					
Despesas em edifícios arrendados		218 692	334 355	-	553 047
		218 692	334 355	-	553 047
Valor líquida		437 448			325 753

As despesas em edifícios arrendados referem-se, essencialmente, às obras beneficiação efectuadas nas instalações da Matola.



3.8. Provisões técnicas de resseguro cedido

	31-Dez-12	31-Dez-2011
Provisão para prémios não adquiridos	10 047 744	6 988 124
Provisão para sinistros	383 961	982 045
	10 431 704	7 970 168

A 31 de Dezembro de 2012 o valor da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de resseguro cedido e o valor da provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte decomposição por ramos:

	2012	
	PPNA	Provisão para sinistros
Acidentes de Trabalho	-	14 700
Acidentes pessoais e Doença	572 370	-20.948
Incêndio e Outros Danos em Coisas	7 385 329	300 466
Automóvel	-	-264.423
Transportes	588 860	182 808
Responsabilidade Civil	1 249 440	168 527
Diversos	251 745	2 830
	10 047 744	383 961

3.9. Outros devedores por operações de seguro directo e outras operações

Os valores a receber por operações de seguro directo são analisados como se segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Tomadores de seguro	98 629 697	77 814 090
Mediadores de seguro	616 983	410 091
Parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro	4 409 864	3 870 811
Valores a receber por outras operações	7 362 675	6 109 454
	111 019 219	88 204 447
Imparidade em valores a receber por operações de seguro directo	(3 275 457)	(6 296 068)
	107 743 762	81 908 378

O saldo de Imparidade em valores a receber por operações de seguro directo refere-se ao Ajustamento de recibos de prémio por cobrar. Da análise à recuperabilidade dos restantes



valores a receber por operações de seguro e outras operações, não foram identificados indícios de imparidade.

A evolução do Ajustamento de recibos de prémio por cobrar apresenta-se como se segue:

	2012	2011
A 1 de Janeiro	6 296 068	4 166 816
Reforço		2 129 252
Utilização	(3 020 611)	
A 31 de Dezembro	3 275 457	6 296 068

Do total de Valores a receber por outras operações, faz parte um montante de 4.203.282 Meticais relativo a um saldo credor da Lusitania. Em 2011 este valor ascendia a 4.600.972 Meticais.

3.10. Provisões técnicas de seguro directo

A rubrica de provisões técnicas de seguro directo é analisada como se segue:

	2012	2011
Provisão para prémios não adquiridos	76 893 210	60 992 732
Provisão para sinistros	23 078 221	16 427 563
Provisão para desvios de sinistralidade	69 127	55 527
Provisão para riscos em curso	2 226 396	2 882 449
	102 266 954	80 358 271

A 31 de Dezembro de 2012, a decomposição por ramos das provisões técnicas é a seguinte:

	PPNA	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Acidentes de Trabalho	8 597 717	5 914 625	-	-
Acidentes pessoais e Doença	1 066 570	1 049 577	-	482 633
Incêndio e Outros Danos em Coisas	13 403 444	682 730	69 127	-
Automóvel	50 321 204	14 693 423	-	1 743 763
Transportes	813 784	450 818	-	-
Responsabilidade Civil	2 173 776	279 021	-	-
Diversos	516 716	8 027	-	-
	76 893 210	23 078 221	69 127	2 226 396



Verificou-se um incremento da PPNA em 2012 face a 2011 resultante do crescimento de carteira nova verificado no segundo semestre de 2012, essencialmente no ramo Automóvel e Incêndio e Outros Danos em Coisas. A variação da provisão para sinistros está relacionada com o reforço efectuado no ramo de Acidentes de Trabalho associado a sinistros que resultaram em pensões para os lesados.

A 31 de Dezembro de 2011, a decomposição por ramos das provisões técnicas era a seguinte:

	PPNA	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Acidentes de Trabalho	6 883 786	293 019	-	-
Acidentes pessoais e Doença	899 460	1 083 073	-	303 636
Incêndio e Outros Danos em Coisas	8 403 629	1 293 035	55 527	-
Automóvel	42 162 938	13 242 850	-	2 553 138
Transportes	516 198	317 290	-	-
Responsabilidade Civil	1 673 093	193 535	-	-
Diversos	453 628	4 761	-	25 674
	60 992 732	16 427 563	55 527	2 882 449

3.11. Outros credores por operações de seguro directo e outras operações

A rubrica de outros credores apresenta a seguinte decomposição:

	2012	2011
<i>Valores a pagar por operações de seguro directo</i>		
Mediadores de seguro	10 955 850	8 392 762
Tomadores de seguro	1 740 556	715 003
<i>Valores a pagar por operações de resseguro</i>		
Resseguradoras	37 195 203	29 416 324
Valores a pagar por outras operações	4 498 223	4 171 203
	54 389 831	42 695 292



3.12. Capital social

Durante o exercício não ocorreram quaisquer operações de subscrição de capital. O Capital Social da Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., encontra-se integralmente subscrito e realizado.

	<u>Número de ações</u>	<u>% participação</u>
GCP – Soc. de Gestão e Controlo de Part. Sociais	80 190	24%
Montepio Geral – Associação Mutualista	59 400	18%
Lusitania – Companhia de Seguros, SA	38 610	12%
FINOLCO, CO.INC	33 000	10%
Caixa Económica Montepio Geral	29 700	9%
Parapus, SA	14 850	5%
Empresa de Tráfego e Estiva, SA	14 850	5%
Grupo Visabeira, SGPS	14 850	5%
Eng. Luis Marques dos Santos	11 880	4%
INSS – Instituto Nac. De Segurança Social	11 880	4%
Raminiklal Jamonadás	8 910	3%
Dr. Hiteshkumar Raminiklal	5 940	2%
W&W – Consultoria e Investimentos, Lda	5 940	2%
	330 000	100%

3.13. Reservas

Reserva legal

De acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, de 31 de Dezembro, as companhias de seguros devem obrigatoriamente constituir uma reserva legal a partir dos lucros líquidos apurados em cada exercício económico nos seguintes termos:

- 20% até que o valor acumulado da reserva represente metade do capital social mínimo aplicável à Companhia, definido no art.º n.º 15 do mesmo decreto; e
- 10% a partir do momento em que tenha sido atingido o montante referido na alínea anterior, até à concorrência do capital social.

O capital social mínimo aplicável à Moçambique Companhia de Seguros é de 33.000.000 de Meticais.

Reserva estatutária



São constituídas anualmente, de acordo com os estatutos da Companhia, em 5% do lucro líquido anual.

Outras reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos accionistas.

3.14. Prémios, líquidos de resseguro

Os prémios, líquidos de resseguro, decompõem-se por ramo como se segue:

	2012			2011		
	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro
Acidentes de Trabalho	18 355 477	2 691 284	15 664 193	22 567 044	474 474	22 092 570
Acidentes pessoais e Doença	3 628 293	-	3 628 293	(1 936 598)	3 323 471	(5 260 068)
Incêndio e Outros Danos em Coisas	34 169 489	25 686 820	8 482 669	27 620 989	19 686 544	7 934 445
Automóvel	91 173 041	2 686 707	88 486 335	84 546 163	2 489 545	82 056 618
Transportes	5 714 072	3 900 942	1 813 130	6 134 483	3 160 120	2 974 363
Responsabilidade Civil	4 333 016	2 480 144	1 852 872	4 395 016	3 103 391	1 291 625
Diversos	2 650 900	448 588	2 202 312	1 086 646	461 156	625 490
	160 024 289	37 894 484	122 129 804	144 413 744	32 698 702	111 715 042

3.15. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros, antes da imputação dos gastos gerais, apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2012			2011		
	De seguro directo	De resseguro cedido	Total	De seguro directo	De resseguro cedido	Total
Acidentes de Trabalho	8 633 313	-	8 633 313	1 107 118	-	1 107 118
Acidentes pessoais e Doença	-33.496	35 617	-69.113	1 083 598	29 082	1 054 517
Incêndio e Outros Danos em Coisas	3 400 240	-1.614.143	5.014.383	2 739 259	1 799 023	940 236
Automóvel	50 685 633	264.423	50 421 210	44 268 747	-	44 268 747
Transportes	990 073	-569.637	1 559 711	370 518	-314.921	685 439
Responsabilidade Civil	524 244	-332.289	856 533	158 184	92 984	65 200
Diversos	581 860	-71.650	653 510	83 255	49 920	33 335
	64 781 867	-2.287.679	62 494 187	49 810 679	1 656 088	48 154 591



3.16. Gastos de exploração, líquidos de resseguro

Antes da imputação dos custos, os gastos com comissões e as comissões de resseguro apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2012		2011	
	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores
Acidentes de Trabalho	1 866 672	324 935	1 409 024	176 640
Acidentes pessoais e Doença	326 223	1 059 758	242 699	876 132
Incêndio e Outros Danos em Coisas	3 272 098	11 007 147	2 102 628	5 659 091
Automóvel	8 875 475	1 618 488	8 058 516	926 823
Transportes	556 878	1 793 213	585 291	1 621 530
Responsabilidade Civil	562 101	1 527 966	498 265	2 183 810
Diversos	74 413	379 749	53 556	82 375
	15 533 860	17 711 256	12 949 977	11 526 401

A imputação dos gastos gerais por funções foi feita da seguinte forma:

	2012	2011
Sinistros	537.791	565 680
Aquisição	12.707.443	11 774 657
Administrativa	39.379.263	39 651 720
Investimentos	625.012	707 228
	53.249.509	52 699 285



Os gastos administrativos são analisados como se segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais	2 477 503	2 750 852
Remunerações do Pessoal	24 667 750	22 347 203
Encargos sobre remunerações	664 162	551 105
Cursos de Formação	197 688	805 118
Outros	919 508	52 500
Comparticipação nas despesas hospitalares	1 472 736	1 684 838
Fornecimento e serviços de terceiros		
Trabalhos especializados	2 193 971	3 637 398
Publicidade e Propaganda	3 563 411	3 407 995
Rendas e Alugueres	3 279 373	2 803 647
Conservação e Reparação	2 134 482	2 318 754
Comunicação	1 583 485	2 081 191
Deslocações e Estadas	1 660 614	1 362 596
Vigilância e Segurança	1 257 984	1 108 934
Combustíveis	1 536 597	1 097 255
Material de Escritório	285 553	1 035 010
Outros gastos administrativos	2 376 267	2 279 782
Depreciações e amortizações do exercício	2 978 426	2 757 850
Outros	-	617 256
	<u>53 249 509</u>	<u>52 699 285</u>

3.17. Outros rendimentos e gastos não técnicos

Os outros rendimentos e gastos não técnicos analisam-se como se segue:



	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Outros rendimentos não técnicos</u>		
Diferenças de câmbio favoráveis	1.806.580	2 617 929
Outros rendimentos não técnicos	329.517	100 531
	<u>2 136 097</u>	<u>2 718 461</u>
<u>Outros gastos não técnicos</u>		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	622 062	8 040 957
Quotas	-	-
Outros gastos não técnicos	514 545	61 515
	<u>1 136 607</u>	<u>8 102 472</u>
	<u>999 490</u>	<u>(5 384 011)</u>

3.18. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imposto corrente	(132 454)	(2 833 042)
Imposto diferido	(2 023 944)	3 281 108
	<u>(2 156 397)</u>	<u>448 066</u>

O imposto corrente é determinado com base nas taxas de impostos em vigor para cada exercício fiscal. O valor a pagar de imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2012 será deduzido dos pagamentos por conta efectuados durante o ano de 2012.

A reconciliação entre o imposto corrente e o imposto diferido da Companhia com referência aos anos de 2012 e 2011, assim como o movimento dos impostos diferidos nos anos de 2012 e 2011 são os seguintes:



	2012		2011	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		2 329 477		4 077 852
Imposto a pagar à taxa normal	32,00%	745 433	32,00%	1 304 913
Correcções fiscais - A acrescentar				
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	4,00%	93 294	2,29%	93 294
Despesas ilícitas, prémios de seguros e contribuições	0,00%	-	3,80%	155 028
Donativos	4,85%	113 095	4,35%	177 548
Multas	1,56%	36 257	0,26%	10 432
50% de ajudas de custo	0,00%	-	0,09%	3 469
80% das despesas de representação	1,34%	31 249	0,96%	39 239
Despesas confidenciais e/ou não documentadas	0,00%	-	0,07%	3 040
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	16,90%	393 774	7,28%	296 741
Publicidade	26,97%	628 214	0,00%	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	4,94%	115 083	0,24%	9 600
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	9,00%	209 578	41,23%	1 681 355
Correcções fiscais - A deduzir				
Prejuízos fiscais deduzidos	0,00%	-	23,09%	941 617
Formação Profissional	0,00%	-	0,00%	-
Diferenças de câmbio favoráveis	23,70%	552 166	0,00%	-
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	72,18%	1 681 355	0,00%	-
Imposto efectivo a liquidar	5,69%	132 454	69,47%	2 833 042
Imposto corrente	5,69%	132 454	69,47%	2 833 042

	2011	Ganhos e perdas		2012
		Perdas	Ganhos	
Activos por impostos diferidos				
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	1 681 355	1 471 777	-	209 578
	1 681 355	1 471 777	-	209 578
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliação do edifício de uso próprio	3 261 498	-	-	3 261 498
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	-	552 167	-	552 167
	3 261 498	552 167	-	3 813 665
<i>Impacto no Ganhos e Perdas</i>		2.023.944		



3.19. Partes relacionadas

A cedência do risco de seguro pela Moçambique Companhia de Seguros é feita, na sua maioria, através da Lusitania, Companhia Seguros, S.A.

As transacções e saldos entre as duas entidades sumarizam-se como se segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Prémios de resseguro cedido	22 804 336	14 691 430
Comissões de resseguro cedido	5 164 412	3 043 657
Parte do ressegurador nos custos com sinistros	2 885 763	2 409 925
Participação nos resultados	8 533 181	5 542 709
Conta corrente	30 604 498	24 383 518

A Companhia dispõe ainda de um depósito efectuado junto da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. no valor de 4.203.972 Meticais (ver nota 3.9).

Existem ainda os seguintes valores a pagar a accionistas:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
INSS - Instituto Nacional de Segurança Social	90 288	90 288
W&W, Consultoria e Investimentos, Lda	45 144	45 144

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão ascenderam em 2012 a 2 477 503 Meticais. Em 2011 os valores foram de 2 750 852 Meticais.

3.20. Natureza das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro, activos de resseguro e restantes instrumentos financeiros

Risco de seguro

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:



- Risco de Desenho dos Produtos: risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato;
- Risco de Prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação);
- Risco de Subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar;
- Risco de Provisionamento: é o risco de as provisões para sinistros constituídas se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos;
- Risco de Sinistralidade: é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas;
- Risco de Retenção: é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada;
- Risco Catastrófico: resulta de eventos extremos que implicam a destruição de propriedade, ou a morte/ ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O Risco Específico de Seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros, são transferidos para uma resseguradora (ou um conjunto de resseguradoras).

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão directa ou indirectamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos actuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o



padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela protecção dos respectivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a Companhia tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados em 2012 aos valores efectivamente verificados, deverá ser consultado o Anexo 2.

Quando comparados os principais rácios da actividade da Companhia, temos:

Rácio de Sinistralidade (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)

Ramo	31-Dez-12	31-Dez-11
Acidentes de trabalho	52,67%	5,71%
Acidentes pessoais e doença	-0,98%	-79,79%
Incêndio e outros danos	11,29%	2,22%
Automóvel	61,72%	55,69%
Transportes	26,20%	11,06%
Responsabilidade civil	14,01%	2,01%
Diversos	22,67%	2,34%
Rácio global	45,57%	33,53%

Risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional

A MCS está exposta a uma variedade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos financeiros, podendo mesmo considerar-se, num sentido lato, que todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. Paralelamente a esta consideração resulta o facto de o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponder à potencial incapacidade de cumprir com as suas responsabilidades em consequência de os rendimentos gerados pelos activos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.



Existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos e passivos financeiros, e não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros a que a Companhia está exposta são:

- Risco de mercado: deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com variações dos mercados cambiais, dos mercados de acções, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de mismatching entre activos e passivos.

Na Moçambique Companhia de Seguros a gestão do risco de mercado respeita as regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

<u>Provisões técnicas, líquidas de resseguro</u>	Acidentes de Trabalho	Outros ramos	Total
Seguro directo	14 512 342	87 754 612	102 266 954
Resseguro cedido	14 700	10 416 374	10 431 074
Valor líquido	14 497 642	77 338 238	91 835 880

<u>Activos a representar provisões técnicas, líquidas de resseguro</u>	Acidentes de Trabalho	Outros ramos	Total
Obrigações	1 886 242	-	1 886 242
Edifícios	-	43 399 200	43 399 200
Empréstimos	-	1 209 450	1 209 450
Activos tangíveis, líquidos de depreciações e perdas por imparidade	-	7 143 291	7 143 291
Depósitos a Prazo	2 740 138	22 672 419	25 412 557
Prémios à Cobrança Directos (Antiguidade inferior a 60 dias)	1 761 858	11 612 012	13 373 870
Caixa e Disponibilidades	9 284 357	-	9 284 357
Total	15 672 595	86 036 372	101 708 967

Rácio de Cobertura	108,10%	111,25%	110,75%
--------------------	----------------	----------------	----------------

As principais componentes dos riscos financeiros são os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e os riscos de crédito.



Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. Por outro lado, o risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da Companhia face ao risco da taxa de juro prende-se essencialmente com os empréstimos de taxa de juro variável negociados pela Companhia.

A política da Companhia passa pela dispersão dos seus activos e passivos financeiros a várias moedas, a fim de não concentrar todo o risco de taxa de juro a uma só moeda.

Os instrumentos financeiros da Companhia cuja exposição ao risco de taxa de juro é significativa são os depósitos a prazo, as obrigações do tesouro e o empréstimo concedido. Para estes, as tabelas abaixo sumarizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de juro, a 31 de Dezembro de 2012 e o impacto nos resultados da Companhia de oscilações nas taxas de juro:

	31-Dez-12			
	Total	MZN	USD	ZAR
<u>Activos</u>				
Depósitos a Prazo	25 412 557	4 613 279	17 761 520	3 037 758
Obrigações	1 886 242	1 886 242	-	-
Outros empréstimos	1 209 450	-	1 209 450	-
Total	28 508 249	6 499 521	18 970 970	3 037 758
<u>Passivos</u>				
	-	-	-	-
Total	-	-	-	-
Posição Líquida	28 508 249	6 499 521	18 970 970	3 037 758



	<u>Aumento /Diminuição em pontos base</u>	<u>Impacto no resultado antes de imposto</u>
2012		
Maibor	+200	129 990
Maibor	-200	(129 990)
Libor	+25	47 427
Libor	-25	(47 427)

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venham a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras da Companhia podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais, nomeadamente para as divisas MZN/USD, MZN/ZAR. A Companhia procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

As tabelas abaixo sumarizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de câmbio, a 31 de Dezembro de 2012 e o impacto nos resultados da Companhia de oscilações nas taxas de câmbio:

	31-Dez-12			
	<u>Total</u>	<u>MZN</u>	<u>USD</u>	<u>ZAR</u>
<u>Activos</u>				
Caixa e equivalentes em caixa	9 284 357	6 253 581	2 460 948	569 828
Depósitos a prazo	25 412 557	4 613 279	17 761 520	3 037 758
Outros empréstimos	1 209 450	-	1 209 450	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	107 743 762	103 547 497	4 196 265	-
Total	<u>143 650 126</u>	<u>114 414 357</u>	<u>25 628 183</u>	<u>3 607 586</u>
<u>Passivos</u>				
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	54 389 832	54 389 832	-	-
Total	<u>54 389 832</u>	<u>54 389 832</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Posição Líquida	<u>89 260 294</u>	<u>60 024 525</u>	<u>25 628 183</u>	<u>3 607 586</u>



	<u>Aumento /Diminuição em pontos base</u>	<u>Impacto no resultado antes de imposto</u>
2012		
Doláres Norte Americanos	+20%	5 125 637
Doláres Norte Americanos	-20%	(5 125 637)
Rands Sul Africanos	+20%	721 517
Rands Sul Africanos	-20%	(721 517)

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da Companhia incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que a Companhia se encontra exposta ao risco de crédito são:

- parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro,
- valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro,
- risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

O risco cedido pela Companhia é, na sua grande maioria, colocado na Lusitania Companhia de Seguros, accionista da Moçambique Companhia de Seguros, empresa integrado num grupo financeiro sólido.

O risco de crédito associado a instrumentos de dívida detidos pela Companhia é reduzido e está de acordo com as regras de diversificação determinadas pelo ISSM, detendo a MCS apenas títulos de dívida pública.

O risco de crédito associado aos empréstimos e contas a receber, excluindo os Prémios à cobrança onde a empresa apresenta níveis de ajustamentos historicamente prudentes, é reduzido uma vez que apresentam maturidades reduzidas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da MCS não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da actividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades da Companhia. Desta



forma, a Companhia avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

O objectivo da MCS é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e a sua flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários e locações financeiras, instrumentos a que não tem recorrido nos últimos anos.

A tabela abaixo sumariza a maturidade dos instrumentos financeiros da Companhia a 31 de Dezembro de 2012:

	31-Dez-12				Total
	0-1 Ano	1-3 Anos	+3 Anos	Sem Maturidade	
Activos Financeiros					
Caixa e equivalentes em caixa	9 284 357	-	-	-	9 284 357
Depósitos a prazo	25 412 557	-	-	-	25 412 557
Investimentos a deter até maturidade	-	1 886 242	-	-	1 886 242
Outros empréstimos	481 469	727 981	-	-	1 209 450
Valores a receber por operações de seguro directo	95 971 223	-	-	-	95 971 223
Valores a receber por operações de resseguro	4 409 864	-	-	-	4 409 864
Valores a receber por outras operações	7 362 675	-	-	-	7 362 675
Total	142 922 145	2 614 223	-	-	145 536 368
Passivos Financeiros					
Valores a pagar por operações de seguro directo	12 686 406	-	-	-	12 686 406
Valores a pagar por operações de resseguro	37 195 203	-	-	-	37 195 203
Valores a pagar por outras operações	4 498 223	-	-	-	4 498 223
Total	54 379 832	-	-	-	54 379 832

3.21. Acontecimentos após a data de balanço

Não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a MCS que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

**Anexos****INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

Ano: 2012
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SARL
Nº de Identificação: 400 081 263

Anexo 1
Valores em Meticais

DESIGNAÇÃO	QUANTID.	VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL AQUISIÇÃO	Valor de balanço	
						unitário	Total
1 - Nacionais							
1.1 - Títulos Cotados							
1.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
1.1.1.1 - De dívida pública							
Obrigações do tesouro 2005	30.000	100		100	3.000.000	62	1.865.065
Sub-total	30.000	100		100	3.000.000		1.865.065
3 - TOTAL GERAL	30.000	100		100	3.000.000		1.865.065

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTRO RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2012
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SARL
Nº de Identificação: 400 081 263

Anexo 2
Valores em Meticais

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2011 (1)	Custos com sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31 /12/2012 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Ramo Vida	-	-	-	-
Ramos Não Vida				
Acidentes de Trabalho	293.019	2.921.055	5.914.625	8.542.661
Acidentes Pessoais e Doença	1.083.073	0	1.049.577	-33.496
Incêndio e elementos da natureza	1.293.035	2.942.341	682.730	2.332.037
Automóvel	13.242.850	49.921.122	14.693.423	51.371.695
Marítimo	-	-	-	-
Ferrovário	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-
Transportes	317.290	856.545	450.818	990.073
Responsabilidade Civil Geral	193.535	413.040	279.021	498.526
Diversos	4.761	578.595	8.027	581.860
Total Não Vida	16.427.563	57.632.698	23.078.221	64.283.356
Total geral	16.427.563	57.632.698	23.078.221	64.283.356

* - De sinistros ocorridos no ano 2011 e anteriores



DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Ano: 2012
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SARL
Nº de Identificação: 400 081 263

Anexo 3
Valores em Meticais

Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos (1)	Varição da provisão para sinistros (2)	Custos com sinistros (3) =(1)+(2)
Seguro directo			
Acidentes de Trabalho	2.922.935,48	5.712.257,58	8.635.193,06
Acidentes Pessoais e Doença	0,00	-33.496,30	-33.496,30
Incêndio e Elementos da Natureza	2.997.290,51	457.898,48	3.455.188,99
Automóvel	50.290.304,16	764.511,24	51.054.815,40
Marítimo	-	-	-
Ferroviário	-	-	-
Aéreo	-	-	-
Transportes	871.797,17	133.528,22	1.005.325,39
Responsabilidade Civil Geral	430.589,79	111.204,84	541.794,63
Diversos	119.780,39	3.265,28	123.045,67
Total	57.632.697,50	7.149.169,34	64.781.866,84
Resseguro aceite	-	-	-
Total Geral	57.632.697,50	7.149.169,34	64.781.866,84

Parecer do Conselho Fiscal



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Conselho de Administração e o Balanço e Contas, da Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., referentes ao exercício de 2012.

No decurso deste exercício o Conselho Fiscal acompanhou, na oportunidade, os negócios da Sociedade e congratula-se com os esforços desenvolvidos pelo Conselho de Administração e seus colaboradores.

Como resultado da análise efectuada aos documentos apresentados, bem como do Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que estes documentos espelham a situação económico-financeira da Companhia, em 31 de Dezembro de 2012.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório, Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas e demais documentação apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado do exercício;
- c) Seja endereçado um voto de louvor ao Conselho de Administração, pela criteriosa e empenhada gestão e, aos seus colaboradores, pela dedicação e zelo com que têm servido a Companhia.

Maputo, 24 de Maio de 2013

O Conselho Fiscal,

Prof. Doutor Teodoro Andrade Waty
Presidente

Dr. Mohamed Iqbal

Henrique Álvaro Cepeda Gamito Júnior